

ESTUDO COMPARADO DE ORGANIZAÇÃO E ADENSAMENTO DE CADEIAS PRODUTIVAS E SEUS INDICADORES: UMA ANÁLISE DAS CÂMARAS SETORIAIS ENTRE 1991, 2006 E 2017¹

Maicon Gonçalves Monteiro²
Helinton José Rocha³
Marlon Vinícius Brisola⁴

1 INTRODUÇÃO

O agronegócio pode ser entendido como a combinação de todas as operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas; as operações de produção nas unidades agrícolas ou agroindústrias; e o armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas e itens ou subprodutos oriundos deles (Davis e Goldberg, 1957). No Brasil, o agronegócio é considerado um dos principais setores que impulsionam a economia do país, transformando-se de forma significativa nas últimas décadas.

A multiplicidade de cadeias produtivas organizadas e competitivas caracteriza a agropecuária brasileira quando comparada a outros países tropicais. Nas últimas três décadas, muitas delas passaram por mudanças significativas na escala e no seu grau de adensamento e complexidade, principalmente, em virtude do aumento de produtividade, sustentabilidade e demandas internacionais (Jank, Zerbini e Cleaver, 2018).

É importante destacar que o desempenho do agronegócio brasileiro sempre teve uma ligação com as ações do Estado no que tange ao provimento de recursos financeiros e à condução de políticas públicas voltadas ao setor (Fiep, 2016). Assim, quando o Estado muda a forma de atuar, modificações na organização do agronegócio também passam a ser necessárias.

1. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/brua22art13>

2. Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Agronegócios da Universidade de Brasília (Propaga/UnB); e pesquisador do Núcleo de Estudos de Economia Agrícola na Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais (Dirur) do Ipea. *E-mail*: <maicongoncalves675@gmail.com>.

3. Coordenador-geral de apoio às Câmaras Setoriais e Temáticas. Departamento de Estudos e Prospecção. Secretaria de Política Agrícola – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. *E-mail*: <helinton.rocha@agricultura.gov.br>.

4. Doutor em ciências sociais pelo Centro de Pesquisa e Pós-Graduação sobre as Américas da Universidade de Brasília (CEPPAC/UnB); mestre em ciências agrárias, com especialização em agronegócios pela UnB; mestre em administração de empresas pela Campanha Nacional de Escolas da Comunidade (CNEC); e graduado em medicina veterinária pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor da UnB – Faculdade de Agronomia e Medicina Veterinária – Área de Ciências Sociais Aplicadas e Agronegócios.

Nessa perspectiva, Júnior *et al.* (2009, p.185) destacam que “a abundância de recursos naturais, o clima favorável e a evolução biotecnológica e da tecnologia mecânica sempre foram fatores-chave para o seu bom desenvolvimento”. Assim como o compartilhamento de benefícios, a organização e disponibilidade de informações de mercado por meio de tecnologias organizacionais para a tomada de decisão dos agricultores e a condução harmônica dos interesses entre os diferentes agentes das várias cadeias produtivas existentes passaram a ser cada vez mais importantes.

Nesse contexto, as Câmaras Setoriais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) surgem como importantes fóruns de discussão adequados à busca de soluções ao desenvolvimento setorial e dos diversos agentes das cadeias produtivas (Brasil, 2019).

As Câmaras tiveram sua origem na coordenação de instrumentos fundamentais de política agrícola nacional que, por si, explicam a causa de seus sucessos em diversas cadeias produtivas. Entre esses instrumentos destacamos a pesquisa agropecuária, a assistência técnica, o cooperativismo, a conformidade dos insumos agropecuários, o crédito rural e tantos outros estabelecidos a partir da Lei Agrícola nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991, “como uma primeira tentativa de se estabelecer uma legislação de política agrícola no país”. Somado às Câmaras Setoriais, criava-se o Conselho Nacional de Política Agrícola (Takagi, 2000, p. 14).

No texto básico da Lei Agrícola, o art. 3º (objetivos) e o art. 4º (ações e instrumentos) ilustram que o Conselho deve “equacionar os fatores de sustentabilidade que afetam a produtividade dos sistemas de produção, a estabilidade de seus fatores e a distribuição dos benefícios das cadeias de valores do agronegócio” (Brasil, 1991).

Na ocasião em que foram criadas, tratava-se de um período em que a participação direta do Estado nas atividades produtivas encontrava-se em exaustão, e as ações do setor privado deveriam reverter-se em um entendimento com o Executivo governamental (Júnior *et al.*, 2009). Assim como corrobora Takagi (2000), as Câmaras Setoriais, portanto, surgem com um ímpeto de proporcionar um entendimento das necessidades dos diversos setores agrícolas, de forma independente, com o setor público gerador de políticas públicas.

O Brasil é detentor de uma cultura e uma história econômica que valorizou e priorizou produtos oriundos de cadeias produtivas específicas do agronegócio, desenvolvendo, portanto, umas mais que outras, tais como as cadeias do algodão e de aves e suínos, que têm o seu desenvolvimento mais acentuado que as cadeias da cachaça, de fibras naturais e de ovinos e caprinos (Brasil, 2019).

Essa realidade, no entanto, também vai ao encontro do nível de organização de cada cadeia produtiva, sendo que muitas se mostram fragilizadas pela insuficiência de assistência técnica, pela insustentabilidade econômica da indústria de processamento, pela evasão fiscal em grande parte dos processos e pela falta de inovação tecnológica, entre outros fatores que impactam o nível de informalidade na comercialização, na produção e no grau de envolvimento com a exportação (Freitas, Neto e Scalco, 2014; Santos *et al.*, 2019; Schmidt e Silva, 2018; Teixeira *et al.*, 2018).

Diante desse contexto, faz-se oportuno realizar uma pesquisa que busque levantar os sucessos e os insucessos decorrentes do trabalho das cinco cadeias produtivas supracitadas (algodão; aves e suínos; cachaça; fibras naturais; e ovinos e caprinos) nas últimas décadas, e fazer uma análise comparativa entre elas, visando, sobretudo, destacar a eficiência e eficácia das ações do Estado em suas demandas específicas.

Isso possibilitará a indicação dos desafios a serem enfrentados e as estratégias a serem adotadas nos próximos anos pelos interessados no setor, bem como quais políticas públicas devem ser priorizadas pelos governos e qual o grau de envolvimento dessas políticas nos demais setores do agronegócio.

2 OBJETIVO GERAL

Como imperativo, o estudo busca atender a essa inter-relação contextual e, mediante uma análise comparada entre cadeias mais desenvolvidas e menos desenvolvidas do agronegócio, orientar a pesquisa pelo seguinte objetivo geral.

- Comparar os principais indicadores de desempenho⁵ das cadeias de cachaça, fibras naturais e ovinos e caprinos com os indicadores das cadeias de algodão e aves e suínos com vistas a identificar a eficácia das políticas públicas decorrentes das demandas e estratégias estabelecidas nas Câmaras Setoriais e Temáticas do Mapa que afetaram o desempenho do setor entre 1991, 2006 e 2017.

3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Levantar, em documentos públicos e privados, assim como em informações dos censos de 1991, 2006 e 2017, o nível de informalidade na comercialização, a produção, o nível de exportação e organização da cadeia de forma que revelem as características e a evolução das cadeias de cachaça, fibras naturais, ovinos e caprinos, algodão e aves e suínos entre 1991, 2006 e 2017.
- Identificar, ao longo do período de tempo em análise, as principais demandas das Câmaras Setoriais e Temáticas aderentes ao setor das cinco cadeias em questão e as principais políticas públicas e ações privadas decorrentes.
- Comparar os efeitos das demandas e políticas nos diferentes períodos analisados, extraindo seus efeitos.

4 RESULTADOS ESPERADOS

Os resultados esperados, portanto, permeiam a oferta de um aprendizado sistematizado, por meio da análise de indicadores de desempenho, possibilitando a replicação às demais cadeias produtivas das Câmaras Setoriais do Mapa, bem como o compartilhamento com outras entidades públicas e privadas de interesse.

Sendo assim, esta pesquisa permitirá o melhor entendimento da evolução e desenvolvimento das cadeias produtivas de cachaça, fibras naturais, ovinos e caprinos, algodão e aves e suínos desde o surgimento das Câmaras Setoriais, além de conhecer os pontos fortes e fracos de cada uma, as suas respectivas peculiaridades e as similaridades existentes, de forma que favoreça a produção de políticas públicas e estratégias público-privadas destinadas ao setor, de modo que tais cadeias se tornem mais competitivas e que essas não enfrentem ou mergulhem em crises severas.

Como resultados dos objetivos do estudo, serão realizados relatórios parcial e final. Será ainda previsto um seminário, no qual serão expostos os resultados em data e condições a serem acordadas com o Ipea e o Mapa.

5. Indicadores de desempenho são elementos que podem ser entendidos como uma métrica usada para mensuração da eficiência ou da eficácia de práticas ou ações específicas (Callado, Callado e Machado, 2007).

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Lei Agrícola nº 8.171, de 17 de janeiro de 1991**. Brasília: JusBrasil, 1991. Disponível em: <<https://www.jusbrasil.com.br/topicos/11686377/artigo-1-da-lei-n-8171-de-17-de-janeiro-de-1991>>. Acesso em: 16 jan. 2019.
- _____. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. **Câmaras Setoriais**, 2019. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/camaras-setoriais-tematicas/camaras-setoriais-1/camaras-setoriais>>. Acesso em: 20 fev. 2020.
- CALLADO, A. A. C.; CALLADO, A. L. C.; MACHADO, M. A. V. Indicadores de desempenho operacional e econômico: um estudo exploratório no contexto do agronegócio. **Revista de Negócios**, v. 12, n. 1, p. 3-15, 2007.
- DAVIS, J. A.; GOLDBERG, R. A. **A concept of agribusiness**. Boston: Division of Research, Graduate School of Business Administration, Harvard University, p. 4-24, 1957.
- FIEP – FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARANÁ. **Desenvolvimento das cadeias produtivas**, 2016. Disponível em: <<http://www.fiepr.org.br/politica-industrial/desenvolvimento-das-cadeias-produtivas-1-29827-318665.shtml>>. Acesso em: 20 fev. 2020.
- FREITAS, T. R.; NETO, R. S.; SCALCO, P. R. **Cadeias produtivas do agronegócio de Goiás**. Goiânia: UFG, 2014. (Textos para Discussão, n. 40). Disponível em: <<https://ideas.repec.org/p/ufb/wpaper/040.html>>. Acesso em: 20 fev. 2020.
- JANK, M. S.; ZERBINI, A. N.; CLEAVER, I. Competitividade internacional do agronegócio brasileiro, visão estratégica e políticas públicas. In: RODRIGUES, R. (Org.). **Agro é paz: análises e propostas para o Brasil alimentar o mundo**. Piracicaba: ESALQ, 2018.
- JÚNIOR, C. A. G. *et al.* Um estudo das deliberações da Câmara Setorial do Açúcar e do Alcool, usando análise de correspondência. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 47, n. 1, p. 183-210, 2009.
- SANTOS, L. G. *et al.* Central de cooperativas na comercialização de produtos da agricultura familiar: o caso da Centrafes do estado de Sergipe, Brasil. **Otra Economía**, v. 12, n. 22, p. 22-41, 2019.
- SCHMIDT, N. S.; SILVA, C. L. Pesquisa e desenvolvimento na cadeia produtiva de frangos de corte no Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 56, n. 3, p. 467-482, 2018.
- TAKAGI, M. **Câmaras setoriais agroindustriais, representação de interesses e políticas públicas**. 2000. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Campinas, Campinas, 2000.
- TEIXEIRA, F. O. *et al.* Crescimento econômico dos estados brasileiros através da sofisticação de suas exportações agropecuárias (2002-2014). **Revista de Desenvolvimento Econômico**, v. 1, n. 39, 2018.